

COOPERATIVISMO: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES*

Diulia Mariana Dalemolle Pieniz¹ - diuliapieniz@gmail.com

Ana Maria de Lima¹ - ana.lima@unemat.br

Sandro Benedito Sguarezi¹ - sandrosquarezi@gmail.com

Jose Jaconias da Silva² - josejaconias@gmail.com

¹ UNEMAT – Universidade do Estado do Mato Grosso

² UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso

Mato Grosso/ Brasil

* Submissão em: 04/05/2015

Revisado em: 10/09/2015

Aceito em: 01/01/2016

RESUMO

O estudo objetiva analisar quais os limites e as possibilidades do cooperativismo na visão dos pequenos e médios produtores de soja e de milho no município de Campos de Júlio, MT. O cooperativismo é explicado como um sistema justo, igualitário e participativo. Indicado para atender necessidades de uma classe social organizada. A metodologia utilizada foi de estudo de caso com pesquisa de campo, documental, bibliográfica e abordagem de análise qualitativa. Os resultados apontam que o processo de concentração de áreas no município é intenso. Cerca de 82% do total da área rural é cultivada por grandes produtores. O cooperativismo é considerado viável para os problemas apontados pelos pequenos e médios produtores entrevistados, fortalecendo a classe produtora com maior poder de barganha, ganho de escala e maior lucratividade. Paradoxalmente, apesar de o modelo ser conhecido pelos entrevistados como meio de obter vantagens de mercado, percebe-se que não há iniciativas autogestionárias nem lideranças para dar início ao processo da constituição de uma cooperativa de produtores rurais no município.

Palavras-chave: Agronegócio. Concentração de renda. Competitividade. Cooperativismo.

COOPERATIVISMO : LIMITS AND POSSIBILITIES FOR SMALL AND MEDIUM-SIZED PRODUCERS

ABSTRACT

The study aims to analyze the limits and possibilities of the cooperative movement from the view of the small and medium producers of soybeans and corn in the city of Campos de Júlio, MT. The cooperativism is explained as a fair, egalitarian and participatory system, suitable to meet the needs of an organized class. The methodology used was the case study with field research, documental, bibliographical and qualitative analysis approach. The results show that the process of concentration areas in the city is intense, because 82% of the total rural area is cultivated by large producers. The cooperativism is considered viable for the problems pointed out by small and medium producers interviewed, strengthening the productive class with greater bargaining power, economies of scale and increased profitability. Paradoxically, although the model is known by respondents as means of gaining market advantages, we can see that there is no self-managed initiatives or leaders to begin the process of setting up a cooperative of farmers in the city.

Key Words: Agribusiness. Concentration of income. Competitiveness. Cooperativism.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura no Brasil contribui de maneira significativa para atender o consumo mundial. Guanzioli (2006) aponta que a produção de grãos do país dobrou desde a década de 1980, quando atingiu cerca de 100 milhões de toneladas, utilizando praticamente a mesma quantidade de área para o plantio. Esse crescimento do cultivo de grãos é resultado das novas tecnologias aplicadas na agricultura, sendo que esse fator leva à concentração da cultura de soja e milho por grandes produtores rurais, o que pode propiciar a exclusão de parte significativa de pequenos e médios produtores.

O município de Campos de Júlio/MT, é um dos colaboradores da produção de soja do Brasil. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram que em 2010 o município esteve entre os 20 maiores produtores de soja nacional, cultivando 190.390 hectares, representando 0,7 % da produção nacional do grão (IBGE, 2010).

Apesar da alta produtividade, o cenário da agricultura é preocupante. Segundo a Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (APROSOJA), pesquisas apontam que grandes grupos produtores como: Maggi, Telhar, Scheffer, Bom Futuro entre outros, concentram áreas de produção no Estado. Exemplo disso, na safra de 2009/2010, do total da área plantada do Estado, 20%, ficou monopolizada por essas quatro coligações, totalizando 1,22 milhões de hectares plantados em áreas próprias e/ou arrendadas (APROSOJA, 2012).

Para definir o que é um grande ou pequeno produtor rural pode-se utilizar como referência a Lei nº 8.629/93, da Reforma Agrária. Em seu artigo 4º, afirma que, são consideradas grandes propriedades as áreas que plantam mais de 1.500 hectares. Em torno de grandes produtores, é comum que pequenos e médios produtores tornem-se arrendatários de suas propriedades por falta de possibilidades de se manterem no mercado, nesse sentido, há a tendência de estímulo para concentração de produção para latifundiários.

Para minimizar situações de concentração de produção por grandes latifundiários e exclusão do pequeno produtor rural o cooperativismo vem se apresentando como uma alternativa para garantir ganho de escala e produtividade para pequenos e médios produtores. Segundo Veiga e Fonseca (2001), o cooperativismo é um movimento antigo, que possui origens em contrapartida da elevação dos preços de produtos de primeira necessidade no século XVIII e XIX. Essa cooperação tem o objetivo de sanar as necessidades de uma classe organizada, como pode ser o caso dos pequenos e médios agricultores de Campos de Júlio, MT.

A Organização das Cooperativas Brasileiras do Estado de Mato Grosso (OCB/MT) informa que, o movimento cooperativista iniciou-se no Estado no ano de 1940, com a fundação da Cooperativa Mista de Poconé Ltda. (COMISPOLIDA) e, em 1945, surgiu a Cooperativa Mista dos Agropecuaristas da Amazônia (CAMAPAM). Ambas foram desativadas há alguns anos após a sua fundação e hoje se encontram em situação irregular. Em 2011, foram contabilizadas 178 cooperativas dos mais diversos ramos, contendo 255.273 cooperados (OCB/MT, 2013).

Em um cenário de crescimento do movimento cooperativista, o Estado passou a fomentar projetos que incentivam a produção por parte de pequenos e médios produtores na agricultura local através de organizações cooperativas e associativas. Esse apoio se dá pelo reconhecimento de que esse modelo de trabalho possui diversas vantagens, entre essas vantagens pode-se citar o ganho em escala nas vendas e compras, proporcionando a queda no preço e nos custos que incidem sobre a compra de insumos para a produção, o que pode proporcionar competitividade para os pequenos e médios produtores.

Segundo o Programa de Fomento e Intercâmbio de Cooperativas de Produtores (COOPROSOJA), desenvolvido pela APROSOJA, o panorama das cooperativas agropecuárias do Estado do Mato Grosso, cerca de 30% da produção de soja é proveniente de produtores cooperados, destaca ainda que, o associativismo e o cooperativismo pode ser uma alternativa para o pequeno e o médio produtor do Estado alcançar maior poder de barganha (COOPROSOJA, 2012).

No que se refere à relevância científica, este trabalho apresenta ineditismo como estudo de uma realidade empírica, visto que, o fenômeno de concentração de renda e fundiária, assim como, o cooperativismo como uma alternativa no segmento do agronegócio, não é algo novo no sistema capitalista, contudo, tem sido pouco explorado pela academia em uma percepção relacional.

Nessa ótica, foi possível em fase exploratória de pesquisa bibliográfica perceber que o agronegócio brasileiro vem crescendo com estímulo a concentração de áreas em posse de grandes produtores (individuais ou em grupos). Esse processo de concentração resulta na diminuição de pequenos proprietários, já que, acabam se posicionando no mercado produtivo em uma condição de desigualdade, uma vez que, o processo de adaptação à expansão ao agronegócio requer grandes investimentos econômicos e financeiros.

Para Sguarezi (2011), essa convergência colabora para ampliar o passivo econômico, social, político, cultural e ecológico/ambiental, daí o desafio de pensar uma alternativa via

associativismo ou cooperativismo para garantir que pequenos produtores continuem produzindo no campo. É fundamental, porém, que lideranças dos agricultores e suas entidades de classe preocupem-se e organizem-se no sentido de construir um debate sobre a necessidade do cooperativismo, bem como, de superar a visão individualista dos agricultores para perceberem que a cooperação e o associativismo torna-se um mecanismo de sobrevivência. Em razão disso, questiona-se: Como o associativismo/cooperativismo pode contribuir para a permanência do pequeno e médio produtor de soja e milho do município de Campos de Júlio, MT?

O objetivo geral do trabalho foi analisar quais os limites e as possibilidades do cooperativismo na visão dos pequenos e médios produtores de soja e milho no município de Campos de Júlio, MT.

O objetivo geral direcionou para os seguintes objetivos específicos: a) caracterizar perfil dos sujeitos da pesquisa, apontando o número e o tamanho das propriedades dos produtores entrevistados e, ainda, os níveis de concentração da produção pelos grandes produtores (grupos ou indivíduos); b) encontrar quais os principais fatores desfavoráveis para que os produtores permaneçam produzindo soja e milho; c) apresentar quais as possibilidades da implantação de uma cooperativa de pequenos e médios produtores na visão do grupo de entrevistados, constatando quais os dificuldades para essa implantação d) diagnosticar as vantagens que uma cooperativa pode trazer para os produtores do município de Campos de Júlio, MT.

A metodologia de pesquisa adotada foi de estudo de caso (YIN, 2010). O caso escolhido diz respeito a um grupo de pequenos e médios produtores de soja e milho de uma cidade específica do estado de Mato Grosso, Campus de Júlio. A cidade foi escolhida pela pujança de produção de grãos na região, mostrando-se como um segmento produtivo relevante para o desenvolvimento socioeconômico local.

As unidades de análises foram propriedades rurais de pequeno e médio porte, selecionadas como conforme a Lei nº 8.629/93, da Reforma Agrária. Os atores entrevistados foram oito pequenos e nove médios produtores do município de Campos de Júlio, MT, o prefeito municipal e o presidente do sindicato rural da cidade Campus de Júlio, MT. O critério para selecionar os produtores foi terem residência fixa no município.

As entrevistas tiveram apoio de um roteiro semiestruturado, com uma média de 40 minutos de diálogo com cada ator entrevistado. Nesse sentido, o problema de pesquisa se mostrou coerente para ser analisado com metodologia de caráter exploratório-descritivo,

porque buscará explorar um fenômeno ainda não analisado com a lente teórica específica (cooperativismo).

Também foi necessário o apoio de uma pesquisa documental, realizada em relatórios fornecidos pelo Instituto de Defesa Agropecuária do Estado do Mato Grosso (INDEA), da prefeitura municipal, de órgãos como Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), IBGE, Instituto Mato Grossense de Economia Agropecuária (IMEA), APROSOJA e OCB. Os principais dados desses documentos referem-se a produtividade, projeções e estatísticas de crescimento do segmento de soja e milho, argumentos positivos e negativos na percepção de pequenos e médios produtores.

Quanto a bibliografias, pode-se citar a fundamentação e argumentação em estudos já realizados por Araújo (2003), Abrantes (2004), Nascimento (2004), Schneider (1999), Veiga e Fonseca (2001) e outros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AGRONEGÓCIO

O termo *agribusiness* foi adotado no Brasil em 1980 e adaptado para o então agronegócio. A palavra *agronegócio* é a tradução de um termo norte-americano, *agrobusiness*, definida por Araújo (2003) como um extenso sistema de atividades agroindustriais, que são realizadas antes da porteira, dentro da porteira e depois da porteira. Essas atividades devem ser realizadas a partir de uma visão sistêmica, sendo, antes da porteira, atividades relacionadas à compra de insumos de produção (sementes, fertilizantes, adubos, defensivos, maquinários, etc.); dentro da porteira significa a produção na propriedade e depois da porteira refere-se à comercialização do produto fora da propriedade, até que chegue à mesa do consumidor (ARAÚJO, 2003).

Batalha (1999) também defende uma visão sistêmica do agronegócio, isso porque, entende que o agronegócio funciona na integração da agricultura e da indústria, como “Sistemas Agroindustriais”. O sistema agroindustrial é composto por em três macros segmentos. O primeiro é o segmento rural que corresponde às atividades agropecuárias. Depois se tem o macro segmento industrial, podendo ser dividido em indústrias de primeira e indústrias de segunda transformação. O terceiro macro segmento é o de comercialização compreendendo as atividades atacadistas e varejistas.

O agronegócio abrange: “Os fornecedores de bens e serviços para a agricultura, os produtores rurais, os processadores, os transformadores e distribuidores e todos os envolvidos na geração do fluxo dos produtos de origem agrícola até chegarem ao consumidor final” (MENDES; PADILHA 2009, p. 48).

Nesse contexto organizacional, houve crescimento substancial do agronegócio nas últimas décadas, para Guanzioli (2006) isso ocorreu com o advento da tecnologia, assim, o agronegócio brasileiro deu um salto nos últimos 20 anos, tomando grandes dimensões. A produtividade nacional dobrou com relação à década de 1980, sendo usado o mesmo total da área plantada. Esse desempenho é resultado da implantação de novas tecnologias para plantio e colheita e ainda de estudos para aprimoramento dos insumos de produção como sementes, adubos e fertilizantes que estão em constantes modificações.

O Brasil pode ser considerado um celeiro de produtividade no segmento de primário (grãos) do agronegócio, de modo que, é um dos maiores fornecedores de produtos agropecuários para o mundo. Dados do MAPA mostram que em 2010 o país esteve em primeiro lugar no *ranking* da produção e exportação de açúcar, café e laranja; em segundo lugar na produção e exportação de soja e na quarta colocação na produção de milho. Esses dados mostram a importância significativa do país à produção de alimentos para atender a demanda mundial por alimentos (MAPA, 2010).

O crescimento da produtividade e a inserção de tecnologias ocorreram principalmente em áreas de grandes produtores. A classificação de pequeno, médio ou grande produtor se dá pela área de terras baseada em módulos fiscais. Assim, um a quatro módulos fiscais (400 hectares) são classificados como pequenos produtores, acima de quatro e menos de 15 módulos fiscais (400 a 1500 hectares) como médios produtores e acima de 15 módulos fiscais (acima de 1500 hectares) são considerados como grandes produtores (Lei nº 8.629/93, da Reforma Agrária).

Uma forma organizativa que pode direcionar para o crescimento e desenvolvimento do segmento do agronegócio com potencial positivo nos aspectos socioeconômico pode ser o cooperativismo. Justificando essa percepção com a afirmação da COOPROSOJA (2012) a qual considera que o associativismo e o cooperativismo pode se constituir como alternativa para o pequeno e o médio produtor do Estado no que se refere ao poder de barganha.

2.2 Cooperativismo

Segundo Schneider (1999), o cooperativismo é um movimento antigo. Suas primeiras ações iniciaram antes do século XIX, quando o modo de cooperação era bastante informal,

constituindo-se por meio da ajuda mútua existente entre a população rural, situação observada em vários países. Posteriormente, o movimento cooperativista intensificou-se:

A cooperação mais sistemática, que se daria dentro de certos parâmetros axiológicos e metodológicos, com a pretensão de instaurar um novo sistema econômico e social fundado na cooperação teria lugar apenas a partir da segunda metade do século XVIII. Esse novo modelo conceitual foi construído e aperfeiçoado na vivência concreta e inspirado nas orientações e doutrinas defendidas pelos “precursores do cooperativismo” que se situam desde meados do século XVIII até a fundação da cooperativa matriz de Rochdale, em 1844, na Inglaterra (SCHNEIDER, 1999, p. 33).

A cooperativa de Rochdale foi oficialmente registrada como “Friendly Society”, em 15 de agosto de 1884, quando o grupo de tecelões, que já era coligado de maneira informal, alugou uma sala no prédio da rua “Beco do Sapo”. Com recursos próprios, adquiriram uma pequena quantidade de farinha, azeite, açúcar e outras mercadorias e, em 21 de dezembro do mesmo ano, iniciaram-se as ações do armazém cooperativo (SCHNEIDER, 1999). Desde então, o cooperativismo é entendido, como um modelo de associação que prevê um sistema justo, igualitário e participativo, indicado para atender as necessidades de uma classe organizada, podendo ser composto das mais diversas formas (VEIGA; FONSECA, 2001).

As cooperativas surgiram baseadas nas ideias dos socialistas utópicos do século XIX, que apoiavam na época a autogestão do trabalho como meio defensivo ao desemprego e às condições de trabalho existentes naquele momento. A criação da aliança internacional ratificou os princípios de Rochdale, quais sejam: a gestão democrática, a participação econômica dos membros tanto na criação como também no controle e educação para todos os sócios (LIMA, 2010).

Quanto à estrutura de formação de uma cooperativa, Polínio (1999) relata que as cooperativas são sociedades que possuem natureza civil, estão submissas às determinações do código civil, portanto não podem ir à falência; porém, estão sujeitas à liquidação judicial ou extrajudicial conforme os artigos 63 e os seguintes da Lei nº 5.764/71. Então, quando uma cooperativa é liquidada, ou seja, ao encerrar suas atividades, os seus pertences devem ser distribuídos entre os sócios.

Veiga e Fonseca (2011) afirmam que as cooperativas possuem três características básicas: a gestão, a propriedade e a partilha das sobras cooperativas, três distinções que devem estar em harmonia para garantir o fortalecimento da associação e o convívio entre os cooperados.

Ainda abordando sobre o sistema do cooperativismo, Veiga e Fonseca (2001) relatam que se trata de um sistema dinâmico, pois pode ter atuação nos mais diversos ramos da

economia, desde a construção de habitações, agropecuária até a produção artesanal. Dessa forma, o cooperativismo proporciona o crescimento do ser humano, permitindo a exposição de seus ideais, valores e a organização coletiva das mais diversas formas, levando em consideração as características de cada indivíduo.

Um dos princípios fundamentais do cooperativismo e que o torna um modelo de organização atrativo é a distribuição das sobras econômicas aos participantes. Então, por ser uma forma de buscar a obtenção de maiores ganhos, é possível dizer que, esse tipo de movimento é bastante procurado e, conforme dito anteriormente, “atrativo”. Assim, é possível observar esse panorama por meio de pesquisas realizadas por Veiga e Fonseca (2001), os quais estimam que aproximadamente 1/6 da população mundial participa de algum tipo de movimento cooperativista, reafirmando a relevância do cooperativismo em nível mundial.

Existe na história do movimento cooperativista uma percepção ideológica, no entanto, Rios (1998) ressalta que a cooperativa deve ser vista por seus associados como uma empresa moderna, formada por pessoas e para pessoas. Então, é possível afirmar que uma cooperativa não possui funcionários e sim donos, os quais têm a missão de preservar a identidade e objetivar o crescimento coletivo de todos os seus sócios. Desse modo, é importante mencionar que um princípio fundamental das cooperativas é a autogestão.

As cooperativas agropecuárias são formadas por produtores rurais que têm o objetivo de aperfeiçoar o processo de produção e a obtenção de melhores preços quando da venda de seus produtos. São geralmente formadas por produtores vizinhos, que já possuem afinidades e têm o convívio constante. Essa característica facilita o processo de união e também a criação de cooperativas: o que antes não passava de conversas informais dá lugar a um modo organizado de união em busca de benefícios para a coletividade (MAPA, 2008).

Ainda segundo MAPA (2008) é possível que pequenos produtores rurais se reúnam para a aquisição de insumos e equipamentos, conseguindo melhores preços e também melhores formas de pagamento. É comum ocorrer o uso coletivo dos implementos agrícolas como colheitadeiras, tratores, caminhos, transporte, etc. Outro benefício é o compartilhamento e o rateio de custos com assistência técnica de profissionais como agrônomos, veterinários, tecnólogos, entre outros. Essas ações em conjunto surtem efeito como a redução dos custos do produto, garantindo maior lucratividade ao produtor.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa mostrou que os agricultores entrevistados trabalham no campo desde os primeiros anos da juventude nos estados em que residiam e que há experiência de trabalho coletivo desde a juventude, isso porque, nas atividades agrícolas realizadas em seus locais de origem o trabalho era exercido de forma coletiva com os membros de uma mesma família em pequenas áreas de terras. A partir da década de 1980, esses agricultores começaram a migrar para o estado do Mato Grosso para abrir e trabalhar em áreas maiores.

Esse primeiro formato de trabalho em pequenas propriedades, antes vivenciado pelos trabalhadores do campo, apresentam um conexão com a afirmação de Schneider (1999) que afirma que o cooperativismo é um movimento antigo e que o modo de cooperação já foi baseado na informalidade, constituindo-se por meio da ajuda mútua existente entre a população rural, situação essa observada em vários países.

Ao questionar os produtores rurais se eles conheciam ou se já tiveram alguma experiência com o sistema cooperativista ou associativista, 88% (15 agricultores) relataram que conhecem como o sistema trabalha, porque muitos já participaram de algum tipo de cooperativa no Rio Grande do Sul. Assim, é notório que os entrevistados conhecem o modelo e ainda apoiam as iniciativas.

Eu fui sócio da COTRIMAIO e por pouco tempo da COTRIJUI no Rio Grande do Sul. Lá era assim: a cooperativa fazia um levantamento de quantas toneladas de adubo cada um vai querer, e depois a cooperativa brigava por um melhor preço na empresa que vende o insumo, depois fazia uma reunião e mostrava qual foi o melhor preço que eles encontraram, depois fechava a compra depois era distribuído para cada cooperado.

A Cooperativa Agropecuária Alto Uruguai (COTRIMAIO) atua no ramo agropecuário e agroindustrial e está localizada no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, com sede na cidade de Três de Maio. A COTRIMAIO opera com serviços de recebimento, armazenamento, beneficiamento, comercialização e industrialização de produtos agropecuários. É uma cooperativa grande que possui 13 supermercados, 19 lojas de insumos agropecuários, cinco postos de combustíveis e ainda uma empresa de comércio e transporte de combustível. Possui uma grande dimensão, pois está consolidada no Estado há mais de 30 anos, assim tem a confiança de seus associados (COTRIMAIO, 2013).

A Cooperativa Regional Triticola Serrana (COTRIJUI) também trabalha com o ramo agropecuário, com as culturas da soja, milho, arroz e trigo. Schneider (1999) afirma sobre o histórico da COTRIJUI:

Foi fundada por granjeiros, se destacou desde o início por ser pioneira em uma proporção de iniciativas em prol do produtor rural: foi a primeira cooperativa do setor trigo-soja a instituir o sistema de repasse de crédito oficial, a introduzir os serviços de assistência técnica, agrônômica e veterinária, a implantar os serviços de fortalecimento de insumos, máquinas e implementos agrícolas, a implantar os serviços de consumo, a construir os primeiros silos e armazéns para a secagem, classificação e armazenagem de grão, a implantar as primeiras indústrias beneficiadoras de grãos e a exportar a soja (SCHNEIDER, 1999, p. 314).

As duas cooperativas citadas pelos agricultores são exemplos de organizações que apoiam seus cooperados e estão conseguindo passar pelas dificuldades que o agronegócio impõe aos agricultores do Estado do Rio Grande do Sul.

Como parte dos entrevistados já conheciam o cooperativismo, foram questionadas quais as possibilidades e dificuldades para implantar uma cooperativa que atuasse conforme o modelo das cooperativas citadas nos exemplos. Quanto as possibilidades de implantação foi uma sugestão apresentada pelo presidente do Sindicato Rural ao relatar como uma ideia interessante aos produtores, pois segundo ele:

É tempo, o governo federal tem aberto programas para pequenos produtores, para incentivos a cooperativas, associações, precisamos é aproveitar os momentos e as concessões que o governo nos dá, temo um problema do Mato Grosso, e em Campos de Júlio na visão destes produtores, tem uma certa restrição em ser um cooperado, isso falta uma conscientização e precisamos lutar sim, vejo uma solução fantástica no cooperativismo, vejo que tem necessidade sim, temos que aproveitar e buscar novos programas do governo federal, temo que por na ideia do produtor que o cooperativismo é bom.

Esse relato mostra que há interesse por parte do Sindicato Rural em apoiar iniciativas cooperativistas no município, uma vez que, segundo o presidente:

Eu acredito muito em cooperativa, eu sou fã dessa modalidade de negócio, eu acho isso fantástico, veja a Europa se sustenta pelo cooperativismo por meio do pequeno agricultor, só que o cooperativismo tem que surgir lideranças, tem que ter uma dedicação muito grande, e o principal para uma cooperativa dar certo é: **existir uma dificuldade tão grande que as pessoas só consigam sobreviver com essa modalidade de negócio**, a dor quanto mais forte você se submete a tomar o remédio mais amargo, se a dor não for muito forte vai passando, e esse é o principal fator (grifo nosso).

Os produtores foram questionados sobre quais as possibilidades de implantação de uma cooperativa agrícola no município. Eles responderam que possuem interesse em constituir a cooperativa: *“Nós temos que nos unir. Essa é a única solução para que a gente continue na agricultura porque do jeito que tá não vai muito tempo e as áreas do município vão estar na mão de dois ou três”* (DEPOIMENTO). Como se percebe na afirmação de um

dos agricultores, e ainda em outros comentários semelhantes, os entrevistados têm o interesse de participar de uma cooperativa para que possam continuar na atividade agrícola.

Contudo, a liderança é um comportamento fundamental para iniciar movimentos cooperativistas. Nesse sentido, a entrevista apontou que a percepção sobre o comportamento de liderança não é positivo, isso porque, pode-se ouvir o seguinte relato: *“O município não tem uma liderança que consiga aglutina as pessoas, porque um líder que consiga convencer e formar um grupo e nois ainda não temo essa liderança aqui em Campos de Júlio. É fundamental uma liderança”* (DEPOIMENTO).

Nota-se que, há interesse por parte dos entrevistados em se associar a uma cooperativa, fato que se deve pela percepção dos agricultores em relação aos benefícios e modelos propostos apresentados; no entanto, um dos fatores que impossibilita a criação de uma cooperativa na região é a falta de liderança para dar início ao processo de constituição.

Essa situação é percebida na literatura em outros estudos. Segundo Sguarezi (2011), as pessoas não foram educadas para trabalhar de forma cooperativa. A autogestão ainda é suprimida pela heterogestão. As pessoas precisam protagonizar e assumir a responsabilidade pelos destinos de seus negócios e não podem ficar esperando lideranças de fora, mas começar a tratar de seus problemas tomando decisões coletivas, sendo uma delas a instituição de uma cooperativa.

Pode-se observar que os agricultores conseguem identificar vantagens para o cooperativismo. Quando questionado aos entrevistados sobre os benefícios de uma cooperativa, obtiveram-se as seguintes respostas: *“Nóis consegue compra mais barato e vende mais caro, fazendo volume, né?”* Complementando, mais dois registros:

O cooperativismo é bom, eu tava vendo meu irmão lá no Sul que trabalha com cooperativa. Eles têm dois real a mais para deposita o soja e vende pela cooperativa. Vamo dizer que tá 60, na cooperativa eles vende a 62. É um incentivo, né, então já é uma ajuda, né, aí eles vão lá e compram os adubos e tudo as sementes mais barato, e depois quando vende ganha mais.

É a solução porque você vai pega pequenos produtores, que não têm condição de montar uma indústria, e eles formam volume, que é o único modo deles concorrer com os grandes, comprando em grandes volumes e vendendo em grande volume; mais pra isso primeiro tem que ter terra, e estamos perdendo o time do negocio porque os grandes estão se adiantando e tomando a terra, mais o cooperativismo e o associativo é exatamente a solução para a atividade.

Os pequenos e médios agricultores que trabalham com as culturas da soja e do milho em sua maioria, 76% são proprietários e 24 % arrendatários. O perfil da experiência de trabalho entre os produtores é de que atuam na atividade agrícola há mais de vinte anos. Um

dos agricultores entrevistados relatou o seguinte: “A gente trabalha na agricultura desde que a gente se conhece por gente, desde guri, quando ‘nóis’ ia pra roça com o pai e com a mãe¹”.

Quanto à produtividade, o resultado mostra que 6% plantam menos de 100 hectares; 41% entre 101 a 400 hectares, assim, 47% dos entrevistados enquadram-se na classe de pequenos agricultores e 53% são caracterizados como médios produtores.

Ao questioná-los sobre as culturas cultivadas, 71% nunca trabalharam com outras culturas que não fosse a soja e o milho. Os outros 29% diversificam a produção ou então já produziram outras culturas dentre as quais: girassol, aveia, arroz e ainda a pecuária.

A quantidade de produtores que não promovem a diversificação da produção é preocupante, segundo Ellis (2000) a diversificação da produção é um indicador de desenvolvimento rural. A sucessão de produção da cultura soja/milho indica uma dependência econômica e tecnológica em duas culturas, podendo fragilizar o desenvolvimento rural e conduzir para a insustentabilidade.

Com pesquisas desenvolvidas a partir de documentos fornecidos pelo Instituto de Defesa Agropecuária do Estado do Mato Grosso (INDEA) de Campos de Júlio, identificou-se que esse município possui uma área de 193.143,63 mil hectares de áreas cultivadas. Com intuito de pesquisar o processo de concentração de áreas no município que são geridas por grandes grupos empresariais (Maggi, Bom Futuro, Masutti, Otelhar, etc.) e grandes produtores, foi identificado que 82% do total dessa área, cerca de 159 mil hectares, são utilizadas por grandes produtores de soja e milho.

Também se verificou que outros 15% da área são ocupadas por médios produtores e que apenas 3% da área são utilizadas por pequenos produtores. Desse modo, é notório o processo de concentração de áreas exploradas por grandes produtores, o que pode ser uma ameaça ao pequeno e ao médio produtor local que não conseguem competir em quantidade e preço. Para reafirmar essa situação, os dez principais produtores de soja de Campos de Júlio são: Masutti (27.000 ha); Otelhar (21.253 ha); Fernando Maggi Scheffer e Outros (9.551,89 ha); Alizeu Zulmar Maggi Scheffer e Outros (8.818,10 ha); Guerreiro (8.090 ha); Vanderley Giongo (6.889 ha); Grupo Zanella 2 (6.134 ha); Irai Maggi (4.920 ha); Luiz Anisio Bortoluzzi (4.700 ha); Fazenda Planorte (4.597 ha), totalizando 101.950,59 hectares distribuídos em 53% da área total do município.

A concentração de áreas ocorre devido à produção em escala desses grandes agricultores que conseguem acompanhar e adquirir novas tecnologias tanto para o plantio

¹ Foram mantidas as transcrições literais da fala dos entrevistados em todas as citações e depoimentos.

quanto para a colheita, alcançando maior produtividade e, conseqüentemente, maiores ganhos. Essa situação está na percepção de Granziroli (2006) ao apontar o crescimento da produtividade de grãos no país a partir da inserção de tecnologias aplicadas na agricultura.

Contraditoriamente, a situação acontece de modo reverso com o pequeno produtor, pois não possui recursos para acompanhar as evoluções tecnológicas do setor e, como trabalha em pequenas áreas, não consegue ter escala de produção (por conseguinte, de compra e comercialização), compra insumos mais caros e não consegue negociar preços maiores, situação essa que se mostra com limites para o crescimento econômico do pequeno produtor rural, gerando maior concentração de áreas por grandes produtores.

Em entrevista com algumas autoridades, foi questionado como o evento da concentração de áreas prejudica o município. Com isso, o prefeito municipal fez a seguinte fala:

Isso é muito ruim para o município porque estes grupos passam a comprar fora do município, as máquinas são cada vez maiores, diminuindo a oferta de mão de obra local, e diminui os proprietários morando na cidade, as pessoas que arrendam as terras pra eles, o que acontecem que elas acabam indo para um centro maior, isso é preocupante e é uma tendência de mercado, não sei até quando vai, nois temo que se conforma com isso, e o que temo que faz é busca uma nova alternativa de negocio, para o município, uma nova alternativa de criação de renda.

Também foi perguntado aos agricultores entrevistados como eles se veem diante desse processo, e chamou a atenção o seguinte comentário de um arrendatário:

O município de Campos de Júlio, se continua assim, vai fica na mão de dois três agricultor, e nois vamo fazer o quê? A tendência é acaba, porque não aguenta por causa da pressão dos grande, eles fazem pressão no dono da terra, porque eu pago oito saco por hectares, aí o grande vem e oferece 14 saco, é claro que não dá pra cobri a proposta, é complicado, nois tamo em maus lençóis.

Percebe-se que o fenômeno da concentração de áreas é significativo no município e que, além do pequeno e médio produtor, as autoridades locais também estão preocupadas com os impactos econômicos locais, não sabendo como agir diante da problemática. Diante desse cenário, torna-se necessário questionar sobre o papel das políticas públicas e da educação a cerca do tema cooperativismo. Essa reflexão se faz necessária porque o cooperativismo é um movimento mundial que já mostrou ser capaz de minimizar problemas ocasionados pela má distribuição de renda e de oportunidades geradas no modo de produção capitalista. O país precisa de grandes produtores rurais, não há dúvidas, contudo, o pequeno produtor tem papel fundamental para manutenção da economia e da segurança alimentar do país.

Ao entrevistar os produtores, foram questionadas quais as principais dificuldades que enfrentam para permanecer na agricultura local. Com isso, observou-se que os entrevistados convergiram em quatro itens:

1. Alto custo dos insumos de produção;
2. Logística (armazenagem e distribuição);
3. Falta de incentivos governamentais (investimento, crédito e garantia de preço mínimo);
4. Fatores climáticos e pragas da lavoura.

Nesse sentido, percebe-se a necessidade de profissionalização do movimento cooperativista apontado por Rios (1998), o qual ressalta que, uma cooperativa deve ser vista por seus associados como uma empresa moderna, formada por pessoas e para pessoas objetivando o crescimento coletivo de todos os seus sócios. Para tanto, a autogestão é uma característica organizativa fundamental para o desenvolvimento das cooperativas.

O cooperativismo pode ser um instrumento de gestão capaz de contribuir para minimizar as dificuldades apontadas pelos agricultores, os quais destacaram o alto custo dos insumos de produção. Como relata a CONAB, insumo de produção é tudo o que o produtor gasta na produção de uma determinada cultura, entre os principais citam-se: sementes, adubos, fertilizantes, herbicidas e dentre outros insumos (CONAB, 2013).

O alto custo dos insumos é afirmado com a fala:

O alto preço com os fertilizantes e demais insumos, porque nós como pequenos produtores, compramos em pequenas quantidades no varejo, enquanto o grande 'produto' compra muitos produtos, no atacado, o que eu percebo aqui em Campos de Júlio, que há 16, 18 anos era mais fácil de comercializar, de comprar de mexer com a agricultura e a cada dia está ficando mais difícil, o que falta é a reunião dos pequenos para ganhar força.

Percebe-se que os agricultores não identificam a falta do comportamento cooperativista como um problema. O que a pesquisa indica é que, quando questionados sobre as alternativas para a solução dos problemas enfrentados, o cooperativismo surge como resposta espontânea.

O modelo de produção com organização cooperativista pode apresentar algumas soluções para essa dificuldade descrita pelos agricultores. Abrantes (2004) afirma:

As compras de insumos podem ser feitas em maior quantidade e distribuídas para cada associado conforme as necessidades. Comprando-se em maior quantidade consegue-se negociar descontos e com isto todos ganham. A produção de diversos associados proporciona escala, o que facilita a comercialização, quando se compara

à produção e venda individual, pois se consegue preço melhor e maior quantidade. (ABRANTES, 2004, p. 87).

Conforme dados da COOPROSOJA, na safra de 2010/2011 se comprava o descrito por Abrantes (2004), isso porque, os dados revelam que o produtor cooperado consegue obter uma rentabilidade 44% maior em comparação ao produtor que trabalha individualmente, devido à escala de produção. Além dos descontos em sementes, fertilizantes e defensivos, observa-se que o preço de venda da saca da soja tem uma diferença positiva para o produtor cooperado de R\$ 2,80 a saca. No final, o produtor cooperado tem uma economia de 5,8 sacos por hectares (COOPROSOJA, 2012).

Complementarmente, na produção a partir de cooperativas, o programa apresenta dados das safras de 2008/09, 2009/10 e 2010/11 e aponta economia na compra de três insumos fundamentais para o plantio de soja, que são: sementes, fertilizantes e glifosato. A economia em fertilizantes entre o produtor cooperado e o individual chegou a 25% em 2008/9; na semente, 20% em 2010/11 e no glifosato 11% em 2010/11 (APROSOJA, 2012).

O diretor financeiro da APROSOJA, no Relatório Anual de Gestão, afirma:

Enquanto o produtor individual compra direto das revendas e intermediários e assim têm barganha limitada, dependência de fornecedores e maior custo na compra de insumos, Os cooperados, pelo maior volume das aquisições, compram direto da indústria e assim adquirem ganho de escala, maior barganha e menores custos com insumos (APROSOJA, 2012, p.153).

É possível verificar que o cooperativismo apresenta vantagens da compra em escala de produtos agropecuários, gerando redução de custo com insumos de produção, situação descrita pelo autor Abrantes (2004).

Outra dificuldade relatada pelos agricultores está relacionada aos problemas logísticos, de armazenagem e distribuição da produção até o destino final. “[...] a essência da logística contempla as atividades relacionadas à obtenção, movimentação e estocagem de materiais e produtos, envolvendo todo o fluxo físico desses bens e de suas informações, desde os fornecedores, processo produtivo, até os consumidores finais” (FARIAS; COSTA 2005, p. 16).

Pode-se afirmar que o problema dos pequenos e médios agricultores pode ocorrer em duas etapas: na armazenagem do produto (neste caso, grãos de soja e milho) e na movimentação (transporte) da produção até os portos.

Nesse aspecto, Ballou (1993) complementa afirmando que, a função da armazenagem é a guarda de estoques gerado pelo desequilíbrio entre a oferta e a demanda dos produtos.

Então, podemos entender a armazenagem como todo o processo necessário para manter os estoques em segurança, de maneira adequada, sabendo que esse processo engloba as etapas de recepção, descarga, carregamento e a disposição do estoque.

Esse processo de preparação e armazenagem de grãos, quando é realizado em armazéns terceirizados, costuma aumentar os custos da produção, conseqüentemente, diminuir o lucro final do produtor. Dambrosio (2009) et al., em estudo realizado, afirmam que, o produtor que possui armazém próprio tem um custo de R\$ 0,70 por saca de soja, enquanto em armazéns terceirizados esse mesmo produtor gastaria R\$ 1,75 reais por saca de soja. Desse modo, percebe-se uma economia final de R\$ 1,05 por saca produzida. Um armazém construído para o coletivo poderia ser uma solução interessante para os gestores de pequenas e médias propriedades, daí surge novamente a cooperativa como uma forma organizativa importante para o desenvolvimento econômico dos produtores.

Além das vantagens econômicas, o produtor que possui o armazém em sua propriedade tem a vantagem de ficar com o resíduo proveniente da limpeza ocorrida no armazém, o qual pode ser utilizado na própria fazenda, ou então comercializado. Igualmente, pode ter a produção estocada pelo tempo que achar necessário para que consiga vender com melhores preços. Mesmo não sendo em uma propriedade coletiva, o modelo cooperativista possibilitaria o uso dos resíduos de modo coletivo, minimizando as despesas e maximizando a lucratividade de forma coletiva. Os armazéns passariam a não ser um problema para o pequeno produtor, mas, uma solução coletiva para todos os produtores que se interessassem em trabalhar de forma autogerida e coletiva. Com as entrevistas realizadas, ouviu-se o seguinte comentário de um agricultor:

Eu como não tenho armazém para estocar a soja, entrego a produção para a Bunge, Gargil, ADM, Amaggi, e daí tenho que pagar as taxas de entrega, limpeza e depois pago a taxa para deixar o produto armazenado, esta taxa fica muito cara no final e nós não tem condição de construir um armazém próprio.

Outro questionamento é o seguinte:

Há vinte anos atrás quando nós chegamos aqui no município os armazém que tinha tão aqui hoje e hoje a gente vê que não tem estrutura para receber, naquela época nós colhia 40 a 45 saca, hoje a gente colhe 60, e aumento um mundo de área e os armazém tá tudo igual.

Para reafirmar a importância do processo de armazenagem, Kussano e Batalha (2012, p. 625) afirmam que: “É evidente a importância do armazenamento na produção agrícola. Durante a safra, o preço das *commodities* costuma sofrer queda, devido à quantidade ofertada, enquanto os fretes, devido à intensa demanda, tendem a ser mais caros”. Desse modo, o

produtor consegue estocar a produção até que seja oportuno realizar a venda com melhores preços; sendo assim, a armazenagem é um instrumento estratégico do produtor rural.

Para finalizar a discussão da armazenagem coletiva, uma empresa que atua na elaboração de projetos de financiamento (G3 Projetos)² proporcionou uma simulação da construção de armazéns para o grupo de produtores rurais entrevistados. Considerando-se o somatório da área cultivada dos produtores entrevistados, que é de 8.327 hectares, indicou-se que esses agricultores necessitam de um armazém que possua capacidade de estocagem de 800 mil sacos de milho, considerando uma produção média por hectares de 90 sacas de milho.

Para um armazém com essa capacidade, esses produtores necessitariam realizar um investimento de R\$ 12.800.000,00, que podem ser financiados por meio de uma linha especial para cooperativas (BNDS-CEREALISTA) por 15 anos, com três anos de carência para iniciar o pagamento do capital, período em que se pagam somente os juros trimestrais; a partir do quarto ano, inicia-se a amortização de R\$ 125.636,39 que, rateada entre os 17 produtores, pagaria uma quantia de R\$ 7.390,00 reais mensais. É importante mencionar que as parcelas vão diminuindo e que a última desse financiamento fica em torno de R\$ 90.000,00 reais, ou seja, R\$ 5.000,00 por agricultor. Ressalta-se que, esse cálculo foi desenvolvido posteriormente às entrevistas realizadas, com intuito de demonstrar o custo de um armazém para necessidade do público entrevistado.

É preciso salientar que, além da redução dos custos com armazenagem, devem-se considerar a possibilidade de vendas em lotes maiores, que podem ser realizadas pelos agricultores, o que deveria proporcionar melhores resultados aos possíveis cooperados com a armazenagem própria.

Em entrevista, foi relatado pelos produtores a falta de incentivos governamentais em duas esferas: garantia de preço mínimo para a produção e também a concessões de crédito para investimentos (maquinários, infraestrutura, etc.). Para o problema da garantia de preço mínimo, os agricultores relataram que enfrentam problemas principalmente quando da comercialização do milho:

A empresa que eu entrego a minha produção tá me cobrando R\$ 1,80 a saca pra armazenar o milho, em cima de um preço que tá variando de R\$ 10 a R\$ 12 pila, daí tu faz o que? Dá vontade de bota fogo na lavora, não colhe, bota fogo, isso não existe não tem como, eu tenho um monte de conta pra paga e não sei como vo vende pra paga conta, você não consegue paga as conta vendendo milho a R\$ 10 conto, o governo tem que garantir um preço mínimo para o nosso produto.

² A empresa G3 Projetos é especialista em consultoria para elaboração de projetos e está instalada na cidade de Tangará da Serra, MT. A empresa fez uma simulação a partir do relato da realidade da região e dos produtores.

Portanto, a principal dificuldade do produtor está na comercialização da sua produção de milho, pois, como se sabe, o grão é uma *commoditie* e assim o seu preço é formado na bolsa de valores, sofrendo oscilações conforme a oferta de produto no mercado. Após pesquisas realizadas quanto a incentivos governamentais a políticas de preços mínimos, identificou-se que:

A Política de Garantia de Preços Mínimo (PGPM), desde 1966, exerce um papel importante no contexto social e econômico agropecuário, por definir um parâmetro de preço de garantia, calculando com base no custo variável das culturas, com o apoio do governo federal ao produtor no momento da comercialização. Dessa forma contribui para motogar a volatilidade dos prelos, auxiliando nas decisões de plantio dos produtores. Para tanto utiliza os mecanismo de apoio a comercialização, descritos a seguir, que permite a compra direta dos excedentes, a equalização dospreços de venda e o financiamento da estocagem. Os preços mínimos garantidos peços governo abrange os principais produtos produzidos no país e seão porposto anualmente no contexto safra agricola (PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO, 2012, p. 62-63).

Então, pode-se dizer que o governo, por meio do plano agrícola e pecuário, garante aos produtores de diversas culturas um preço mínimo na hora da comercialização, assegurando ao produtor uma política por um preço justo.

O governo federal utiliza-se de instrumentos para proteger o agricultor das variações nos preço das *commodities*, assim, pode-se contestar a afirmação dos agricultores entrevistados. O que ocorre é a falta de informação de como funciona a política de garantia de preços mínimos, e ainda foi observado que no município não existem unidades armazenadoras credenciadas junto à CONAB, sendo esse o requisito básico para as negociações de preços mínimos.

É possível observar que a política de preços mínimos atende tanto o produtor rural isolado, como também cooperativas. Com isso, é presumível que, se os produtores locais fossem associados a uma cooperativa que tivesse um armazém credenciado à CONAB, seria possível realizar a comercialização com a garantia de preços mínimos. Desse modo, ao mesmo tempo em que o cooperado consegue reduzir o custo de produção, é possível garantir um preço mínimo para venda, dando maior lucratividade para produtor.

Os produtores entrevistados também mencionaram a dificuldade em obter crédito para investimento, tanto para maquinários, como para infraestrutura. Essa limitação deve-se ao grande investimento nos maquinários e implementos mais modernos que exigem um alto custo na construção de um armazém, pois, como já mencionado, esses produtores são pequenos e médios proprietários, por isso, não conseguem a garantia exigida pelas financiadoras. “Pro pequeno é mais difícil de obter crédito por que ele precisa do aval, uma

garantia exigida compatível com o financiamento, o grande produtor tem condições de compra maquinário moderno e os pequenos não têm essa condição”. Essa afirmação, ouvida quando da entrevista, retrata a situação enfrentada pelos produtores, os quais, devido à falta de investimentos na agricultura, estão reféns de armazéns terceirizados, maquinários e implementos ultrapassados.

Após pesquisas realizadas em sites do Sistema de Cooperativa de Crédito do Brasil, SICOOB (2013), e também nas linhas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, PRONAF, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, MDA (2013), observamos que existem várias linhas de créditos que apoiam cooperativas agropecuárias, por meio dos principais programas: Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (PRODECOOP); PRONAF Agroindústria MCR 10-6; PRONAF Cota Parte MC 10-12; PRONAF Custeios Agroindustriais Familiares e de Comercialização; FCO Rural e BNDS Automático.

Existem linhas de crédito de incentivo às cooperativas e para produtores individuais, podendo ser pessoas física ou jurídica. As linhas apresentadas têm o objetivo de confrontar os questionamentos dos produtores rurais entrevistados, mostrando que existem linhas de crédito que contemplam o pequeno agricultor. Cabe a ele identificar aquela que melhor se enquadre às suas necessidades ou então aquelas que a cooperativa decida realizar para atender as necessidades dos associados. Nesse sentido, a prática do princípio de formação através do cooperativismo, seria relevante para os produtores rurais.

A aquisição de crédito a partir da cooperativa é uma opção interessante para produtores que não conseguem adquirir o crédito de modo individual, pois as parcelas são divididas de maneira proporcional a todos os cooperados. “Aquisição de equipamentos com utilização comunitária no campo é muito usado, quando vários pequenos produtores compram, por exemplo, uma colheitadeira em conjunto para ser usada em todas as propriedades (VEIGA; FONSECA, 2001, p. 60)”. As cooperativas viabilizam a concessão de crédito segundo a necessidade do cooperado e ainda facilitam a compra de equipamentos de modo coletivo.

A última reclamação dos produtores reside na variação climática e quanto às pragas da lavoura. A primeira problemática é um fator incontrollável, pois afeta diretamente a produtividade de uma safra. Caso chova demais na época da colheita, há a perda da qualidade dos grãos e atraso na colheita, caso chova pouco na época do plantio, as sementes não

germinam e o produtor terá que realizar a plantio novamente. Desse modo, os gastos com a colheita aumentam e, conseqüentemente, o lucro diminui. Segundo um dos entrevistados:

A gente não pode conta com o tempo, tem anos que chove antes do que a gente espera, tem anos que demora demais, que chove demais na época da colheita e aí a gente perde tudo: soja, que apodrece e perde qualidade. Também tem os percevejos, as lagartas que também deixa prejuízo pra gente, agora esse ano tem a tal da elicoverpa. Gente, esse bicho tá tirando o sono do agricultor.

Os problemas relacionados a pragas podem ser resolvidos com assistência técnica adequada. Abrantes (2004) relata que, com a união dos associados, a classe consegue se fortalecer frente aos problemas técnicos, econômicos e sociais. Além disso, uma cooperativa poderia contratar um técnico especializado para dar suporte aos cooperados, de modo que, seja pago com os recursos captados pelo coletivo.

Desse modo, confirma-se a percepção inicial da pesquisa de que o modelo de produção cooperativista pode fortalecer nos aspectos econômicos e sociais para pequenos e médios produtores de soja e milho do município de Campos de Júlio, pois, como mostram as falas, os entrevistados conseguem visualizar os benefícios que o modelo pode proporcionar a cada produtor.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização deste estudo, foi possível identificar o perfil básico dos indivíduos entrevistados: são em grande maioria homens, casados, com um baixo nível de escolaridade, residem no município há mais de vinte anos e são naturais da região Sul do país.

Também se identificaram as principais características da atividade econômica exercida por esses agricultores: são pequenos e médios produtores rurais, donos da área em que trabalham e ainda atuam na agricultura há mais de vinte anos; as culturas produzidas são basicamente a soja e o milho.

É possível confirmar que o fenômeno da concentração de área em posse de produtores é uma situação preocupante no município. Os resultados da pesquisa documental realizada em dados do Indea apontam que, da área total do município, 82% estão sendo cultivados por grandes produtores (grupos e produtores individuais), entre os principais, citam-se: Masutti, Otelhar, Maggi, Scheffer, Guerreiro, Giongo, Zanella entre outros renomados. Apenas 18% da área está distribuída para os pequenos e médios produtores, que estão passando por grandes dificuldades para permanecerem com a atividade agrícola.

As dificuldades apresentadas pelo grupo de dezessete produtores rurais, classificados como pequenos e médios agricultores, estão relacionadas ao custo com os insumos de produção, logística (armazenagem e transporte), à falta de incentivos governamentais, fatores climáticos e pragas da lavoura. Foi comprovado que o modelo cooperativista pode ser uma alternativa para sanar tais dificuldades, garantindo a permanência do pequeno produtor rural na atividade rural. Quanto aos custos dos insumos agrícolas, comprovou-se, por intermédio da literatura e da realidade empírica, que o produtor cooperado possui significativa redução nos custos com insumos.

No que tange aos problemas com a armazenagem, foi observada a dependência dos pequenos produtores quanto às taxas cobradas dos armazéns comercializadores do município. Todos os produtores entrevistados não possuem armazém próprio para estocar a sua produção, e ainda, segundo dados da pesquisa de Dambrosio (2009) et al., o produtor que entrega sua safra a armazéns terceirizados, arca com um custo maior de R\$ 1,05 por saca de soja.

Foi realizado um levantamento do valor de um investimento para um armazém com capacidade de 800 mil sacas de milho, que é a capacidade de armazenagem de que os produtores entrevistados precisam. Verificou-se que existem linhas de financiamento que viabilizam a construção de armazéns coletivos. Caso fosse construído esse armazém, exigiria do produtor um gasto mensal que pode variar de R\$ 7.390,00 no início da amortização a R\$ 5.000,00 na última parcela. E, sobretudo, pode-se dizer que, além do benefício da armazenagem coletiva, esse armazém pode ter outra vantagem, que é o vínculo com a CONAB, que possibilita a realização da garantia de preços mínimos estabelecida pelo governo federal.

Quanto à falta de apoio do governo, foi comprovado que existe a falta de acesso a informações dos pequenos produtores, pois, como identificado, existem várias linhas para obtenção de crédito rural, tanto para agricultor individual como ao cooperado. As principais linhas de crédito que existem para cooperativas são destinadas para custeio da produção, investimentos em maquinário, implementos e ainda investimento em imobilizado, como é o caso da simulação do armazém de grãos.

Ainda se pode afirmar que a concessão de crédito de modo coletivo é viável uma vez que o total a ser financiado é distribuído para os cooperados de modo igualitário. Isoladamente, os produtores não possuem as garantias exigidas pelas instituições financeiras para a realização de altos investimentos, como é o caso do armazém simulado.

No que tange aos problemas climáticos e às pragas, com uma cooperativa seria possível contratar um técnico responsável para atender todos os cooperados e ainda com um custo final menor. Quanto às condições climáticas, são fatores incontroláveis pelo homem, ou seja, o modelo não pode solucionar.

Ainda respondendo aos objetivos da pesquisa, observamos que, sob ponto de vista dos entrevistados há possibilidades e limitações para criação de uma cooperativa rural. Comprovou-se, por meio das entrevistas e do questionário aplicado, que os produtores locais já conhecem o modelo cooperativista. Todos os pesquisados responderam positivamente quando foi perguntado se já haviam participado desse modelo de organização; no entanto, na concepção dos agricultores e também do representante do sindicato, o único fator que inviabiliza a constituição dessa organização é a falta de uma liderança local que dê início ao processo de criação dessa cooperativa.

Os entrevistados entendem e identificam as vantagens que o modelo apresenta, as quais foram levantadas a partir de consulta bibliográfica e comprovadas com as respostas positivas dos produtores entrevistados, que conseguem observar e apontar os benefícios que uma cooperativa traz. Cabe lembrar que muitos desses agricultores já trabalharam de maneira cooperada, mas no Estado do Rio Grande do Sul.

A limitação do estudo é que a observação foi realizada a partir do ponto de vista dos maiores interessados na pesquisa, que são os pequenos e médios produtores, de modo que não foi aprofundada uma visão financeira e orçamentária. Para trabalhos futuros, sugere-se como estudo a análise dos custos de investimentos e de manutenção de uma cooperativa de pequenos e médios produtores; análise que poderia servir de base para outras realidades.

É possível pensar em uma agenda de pesquisa que leve em consideração o cooperativismo como objeto de pesquisa e a luz de diferentes lentes teóricas, como estratégia, institucionalização, organização do trabalho e outras. Nesse cenário, faz-se necessário realizar pesquisas que se utilizem de estudos de casos e análises em profundidade sobre questões comportamentais e de resultados da prática cooperativista no campo com questões como: O cooperativismo propicia maior competitividade no campo? Qual o processo de institucionalização do comportamento cooperativista entre trabalhadores rurais? As práticas cooperativistas são desenvolvidas por percepções ideológicas ou percepções estratégicas? Por outro lado, em uma percepção quantitativa poderia realizar estudos que mostrassem os resultados efetivos de cooperativas em todo território nacional. Enfim, é um campo fértil para pesquisa na área da administração.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, José. **Associativismo e cooperativismo**: como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

APROOSOJA. **Relatório de gestão 2012**. Cuiabá, 2013.

_____. **Re: Programa Cooprosoja** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <diulia_cj@hotmail.com> em: 16 abr. de 2013.

_____. **Vinte grupos concentram 20% da área plantada de soja em MT**. 10 ago. 2010. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/novosite/noticiav.php?noticia=10964>>. Acesso em: 09 abr. 2013.

ARAÚJO, Clênio. **Milho**: historia e arte. 2008. Disponível em: <http://www.cnpms.embrapa.br/grao/7_edcao/grao_em_grao_materia_03.htm>. Acesso em: 13 abr. de 2013.

ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos do agronegócio**. São Paulo: Atlas, 2003.

BATALHA, M.O. "Sistemas Agroindustriais: definições e correntes metodológicas"; In: Batalha M.O. (coord.); "Gestão Agroindustrial"; vol I; 2a . ed.; Ed. Atlas S.A.; São Paulo; 1999; pg. 47

BATALHA, Mario Otávio; SILVA, Andrea Lago da. Marketing estratégico aplicado ao agronegócio. In: BATALHA, Mário Otávio (Coord.). **Gestão agroindustrial**: GEPAI: Grupo de estudo e pesquisa agroindustriais. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BALLOU, Ronald H. **Logística empresarial**: transporte, administração de materiais e distribuição física. São Paulo: Atlas, 1993.

BENTO, Bruno Filipe Dos Reis. **Liderança**: conceitos, definições e teorias de liderança, 2007. Disponível em: <http://prof.santanaesilva.pt/gestao_de_empresas/trabalhos_06_07/word/Lideran%C3%A7a%20%20conceitos,%20Defini%C3%A7%C3%B5es%20e%20Teorias%20de%20Lideran%C3%A7a.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2013.

BOWERSOX, Donald J; CLOSS, David J. **Logística empresarial**: o processo de integração da cadeia de suprimentos. Tradução Equipe do Centro de Estudos Logísticos, Adalberto Ferreira das Neves. São Paulo: Atlas, 2001.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. MAPA. **Cartilha de associativismo**. 2008. Brasília. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Cooperativismo%20e%20Associativismo/Publica%C3%A7%C3%B5es%20e%20M%C3%ADdias/cartilha_associativismo_atualizada%202012.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2013.

_____. **Cartilha de cooperativismo**. 2008. Brasília. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Cooperativismo%20e%20Associativismo/Publica%C3%A7%C3%B5es%20e%20M%C3%ADdias/cooperativismo%20atualizada%202012.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2013.

_____. **Agronegócio brasileiro em números.** 2010. Brasília. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Sala%20de%20Imprensa/Publicações/graficos_portugues_corrigido2.pdf>. Acesso em: 09 out. 2013.

_____. **Plano agrícola e pecuário 2012/2013.** 2012. Brasília. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Politica_Agricola/Plano%20Agr%C3%ADcola%2012_2013/PAP2012-2013_livroWEB%20-%20Atualizado.pdf>. Acesso em: 09 out. 2013.
BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. MDA. **Linhas de financiamento do PRONAF.** 2013. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf/2258856>>. Acesso em: 25 out. 2013.

_____. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA. MAARA. **Lei da Reforma Agrária.** Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Publicada no Diário Oficial da União de 25 de fevereiro de 1993. Brasília, DF, 1993.

CASSOL, Rogeres. **Dificuldades na comercialização de soja na visão dos produtores do município de Campos de Júlio, MT,** 2009. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Administração). Curso de Administração. Universidade do Estado do Mato Grosso, Mato Grosso, MT, 2009.

COSTA, José Antônio. **Cultura da soja.** Porto Alegre: Manica, 1996.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Perspectivas para agropecuária: safra 2013/2012.** Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_09_13_14_55_32_perspectivas_da_agropecuaria_2013.pdf>. Acesso em: 20 out. 2013.

_____. Companhia Nacional de Abastecimento. **Custo de produção agrícola: a metodologia da Conab.** Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/0086a569bafb14cebf87bd111936e115.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2013.

COTRIMAIO. Disponível em: <http://www.cotrimaio.com.br/conheca_cotrimaio.htm>. Acesso em: 20 out. 2013.

COTRIJUÍ. **Histórico.** Disponível em: <<http://www.cotrijuui.coop.br:8080/inicio.jsp>>. Acesso em: 20 out. 2013.

CRÚZIO, Helnon de Oliveira. **Como organizar uma cooperativa: uma alternativa para o desemprego.** 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

DAMBROSIO, Marco Antônio et al. Custo de padronização e armazenagem da soja em armazém próprio no município de Sorriso, MT. **Revista Contabilidade & Amazônia,** Sinop, v. 2, n. 1, art. 10, pp. 118-133, jan./dez. 2009. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CC0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.contabilidadeamazonia.com.br%2Fartigos%2Fartigo_51artigo_10.pdf&ei=5VByUtjLcfe4APOzYHoDg&usq=AFQjCNEWfN37y6C2_eAiKoAB7xsv3jY70Q&sig2=p4-0JKZWMKlbSVfP14OGYw&bvm=bv.55819444,d.dmg>. Acesso em: 02 out. 2013.

ELLIS, F. household strategies and rural livelihood diversification. *Journal of development studies,* London, v. 35, n.1-38, 1998. Disponível em:

<http://dlc.dlib.indiana.edu/dlc/bitstream/handle/10535/4486/40-rural-livelihood-diversity.pdf?sequence=1>. Acesso em 04 de out. 2015.

EMBRAPA. **Cultivo do milho** (online). Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Milho/CultivodoMilho_2ed/> Acesso em: 23 abr. 2013.

FARIA, Ana Cristina de; COSTA, Maria de Fatima Gameiro da. **Gestão de custos logísticos**. São Paulo: Atlas, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GOTTARDO, Fabio Augusto, CESTARI JR., Hermedes. Viabilidade econômica-financeira de implantação de um sistema de armazenamento de grãos: um estudo de caso em uma média propriedade rural em Campo Mourão, PR. **Revista em Agronegócios e Meio Ambiente**, v. 1, n. 1, jan./abr. 2008. p. 55-76. Disponível em: <<http://www.unicesumar.edu.br/pesquisa/periodicos/index.php/rama/article/view/507/365>> Acesso em: 20 out. 2013.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. **Agronegócio no Brasil: perspectivas e limitações**, 2006. Disponível em: <http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF_TD186.pdf> Acesso em: 15 abr. 2013.

IBGE. **Produção agrícola municipal: culturas temporárias e permanentes**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2010/PAM2010_Publicacao_completa.pdf>. Acesso em: 20 out. 2013.

INCRA. **Re: Área de Plantio Campos de Júlio, MT**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <diulia_cj@hotmail.com > em: 05 jul. 2013.

IMEA. **Boletim semanal milho**. Disponível em: <http://www.imea.com.br/upload/publicacoes/arquivos/R403_2013_05_10_BSMilho.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2013.

_____. **Boletim semanal de custo de produção de milho**. Disponível em: <http://www.imea.com.br/upload/publicacoes/arquivos/R410_2013_10_CPMilho.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2013.

_____. **Boletim semanal de custo de produção da soja**. Disponível em: <http://www.imea.com.br/upload/publicacoes/arquivos/R410_2013_10_CPSoja.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2013.

_____. **Boletim semanal soja**. Disponível em: <http://www.imea.com.br/upload/publicacoes/arquivos/R403_2013_05_10_BSMilho.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2013.

KUSSANO, Marilin Ribeiro. **Proposta de modelo de estrutura do custo logístico do escoamento da soja brasileira para o mercado externo: o caso do Mato Grosso**. São Carlos: 2010. 93 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de São Carlos. UFSCar. Disponível em: <http://www.btd.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_arquivos/1/TDE-2010-08-20T112118Z-3250/Publico/3159.pdf>. Acesso em: 25 out. 2013.

KUSSANO, Marilin Ribeiro; BATALHA, Mário Otávio. **Custos logísticos agroindustriais: avaliação do escoamento da soja em grão do Mato Grosso para o mercado externo**. São Carlos: 2012.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-530X2012000300013&script=sci_arttext. Acesso em: 28 out. 2013.

LAVORENTE, Gabriela Bassetti. **Caracterização das vias de exportação de soja do estado do Mato Grosso**. Piracicaba, 2011. Disponível em: <http://esalqlog.esalq.usp.br/files/biblioteca/arquivo3871.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013.

LIMA, Ana Maria de. **Análise de transição do trabalho individual para o trabalho coletivo em cooperativas de reciclagem de resíduos**: um estudo de caso da Coopertan de Tangará da Serra, MT. 2010 160 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de São Carlos. UFSCar, 2010.

MENDES, Judas Tadeu Grassi; PADILHA, João Batista Júnior. **Agronegócio**: uma abordagem econômica. São Paulo: Pearson Prentice Hall; 2007.

NASCIMENTO, Cláudio. **A autogestão e o novo cooperativismo**. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_autogestaooperativismo.pdf. Acesso em: 20 abr. 2013.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. **Histórico**. Disponível em: http://www.ocb.org.br/site/brasil_cooperativo/index.asp. Acesso em: 10 set. 2013.

OCBMT. Sindicado e Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Mato Grosso. Disponível em: <http://www.ocbmt.coop.br/TNX/index2.php?tarja=1&sid=63>. Acesso em: 13 abr. 2013.

POLÔNIO, Wilson Alves. **Manual das sociedades cooperativas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIOS, Luís Oliveira. **Cooperativas brasileiras. Manual de sobrevivência e crescimento sustentável**: 10 lições práticas para as cooperativas serem bem-sucedidas em mercados globalizados. São Paulo: STS, 1998.

SCHARDONG, Ademar. **Cooperativa de crédito**: instrumento de organização econômica da sociedade. Porto Alegre: Rigel, 2002.

SCHNEIDER, José Odelson. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2. ed. São Leopoldo: Unisinos, 1999.

SQUAREZI, Sandro Benedito. **Autogestão e economia solidária**: limites e possibilidades. 2010. 263 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUCSP, São Paulo, SP, 2010.

SICOOB. **Linhas de crédito e financiamento BNDS**. Disponível em: <http://www.sicoob.com.br/linhas-do-bndes>. Acesso em: 02 nov. 2013.

_____. **Linhas de crédito e financiamento FCO**. Disponível em: <http://www.sicoob.com.br/fco>. Acesso em: 02 nov. 2013.

URIC. **Relatório das Nações Unidas estima que a população mundial alcance os 9,6 bilhões em 2050**. Disponível em: <http://www.unric.org/pt/actualidade/31160-relatorio-das-nacoes-unidas-estima-que-a-populacao-mundial-alcance-os-96-mil-milhoes-em-2050->. Acesso em: 10 nov. 2013.

VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA, Isaque. **Cooperativismo**: uma revolução pacífica em ação. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001.



VEIGA, Sandra Mayrink; RICH, Daniel. **Associações**: construir sociedades sem fins lucrativos. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projeto e relatórios de pesquisa em administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. 4º Ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.